

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

### DIREITO

**Tipo de Avaliação:** AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS

**Instituição de Ensino:** UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

**Programa:** DIREITO (28001010015P0)

**Modalidade:** ACADÊMICO

**Área de Avaliação:** DIREITO

**Período de Avaliação:** Avaliação Quadrienal

**Data da Publicação (Avaliação):** 20/09/2017

**Data da Publicação (Reconsideração):** 20/12/2017

#### Parecer da comissão de área

#### 1 – Proposta do Programa

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação	Reconsideração
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50.0	Regular	Regular
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	25.0	Regular	Regular
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	25.0	Muito Bom	Muito Bom
		<b>Avaliação</b> Bom	<b>Reconsideração</b> Bom

#### CONCEITO DA COMISSÃO

#### Justificativa

1.1. O PPGD da UFBA possui registradas 2 áreas de Concentração:(1) “Direito Público”, com as linhas de pesquisa: “CONSTITUIÇÃO, ESTADO E DIREITOS FUNDAMENTAIS” e “TEORIA DO PROCESSO E TUTELA DOS DIREITOS”; e (2) “Relações Sociais e novos direitos”, possuindo as linhas de pesquisa: “ASPECTOS JURÍDICOS DA BIOÉTICA E DOS DIREITOS DOS ANIMAIS” e “DIREITOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE”

Relatam que: “A área de concentração em Direito Público possui duas linhas de pesquisa: Constituição, Estado e Direitos Fundamentais (com sete grupos de pesquisa de professores e respectivos projetos de pesquisa) e Teoria do Processo e Tutela dos Direitos (com três grupos de pesquisa vinculados). A área de concentração em Relações Sociais e Novos Direitos possui duas linhas de pesquisa: Direito das Relações Sociais na Contemporaneidade (com quatro grupos de pesquisa vinculados) e Aspectos Jurídicos da Bioética e dos Direitos dos Animais (com cinco grupos de pesquisa vinculados)”.

Indica no Sucupira, no ano de 2013, a existência de 40 Projetos de Pesquisa, os quais repetem-se no quadriênio. Todavia, de 2014 em diante são apontados 46 projetos de pesquisa, os quais se repetem

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

durante os anos de 2015 e 2016.

Isso evidencia: ou um erro no preenchimento do sucupira, ou há uma confusão entre projeto de pesquisa e grupo de pesquisa.

São raros os projetos de pesquisa que tem duração de quatro anos, sendo que, a média geral é de um a dois anos de duração.

No caso do PPGD avaliado, encontra-se a situação de 100% de projetos de longa duração.

A divisão dos projetos entre as duas áreas de concentração do PPGD é desequilibrada.

A Área de concentração “Relações Sociais e novos direitos” possui duas linhas de pesquisa, sendo que existem 13 projetos na linha dos ASPECTOS JURÍDICOS DA BIOÉTICA E DOS DIREITOS DOS ANIMAIS e nenhum projeto na linha DIREITOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE. Tal fato aponta um erro de preenchimento ou ainda um descompasso com a proposta da pesquisa.

A Área de concentração “Direito Público” parece um pouco mais equilibrada, visto que a linha de pesquisa CONSTITUIÇÃO, ESTADO E DIREITOS FUNDAMENTAIS, conta com 19 projetos de pesquisa e a linha TEORIA DO PROCESSO E TUTELA DOS DIREITOS conta com 15 projetos de pesquisa, o que já traduz o necessário balanceamento entre as pesquisas desenvolvidas no Programa.

É preciso destacar, entretanto, o imenso descompasso gerado entre as áreas de concentração. A área das relações sociais conta com 13 projetos de pesquisa, enquanto a área do Direito Público conta com 34 projetos de pesquisa.

Acerca das disciplinas, são apresentadas 36, idênticas nos quatro anos avaliados.

Das 36, 3 merecem exclusão porque são disciplinas vinculadas a outras atividades como orientação, publicação e defesa.

Outras duas disciplinas cujo objeto é muito parecido são as denominadas: Seminários de Pesquisa e Seminários de Qualificação

Isso leva a análise das demais disciplinas. São divididas de acordo com as linhas de pesquisa e grau de titulação do discente pesquisador, de acordo com a seguinte estrutura:

### DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO MESTRADO

Direitos Humanos e Direitos Fundamentais

Teorias do Direito e Justiça

Métodos do Trabalho Científico

### DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO DOUTORADO

Paradigmas Atuais do Conhecimento Jurídico

Constitucionalismo e Direitos Fundamentais

Seminários de Integração com a Graduação

### DISCIPLINAS OPTATIVAS DA LINHA: DIREITO PENAL E LIBERDADES PÚBLICAS

Fundamentos e Garantias Penais

Constitucionalismo e Direito Penal

Modelos Alternativos de Intervenção Penal

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

Novas Manifestações Punitivas e a Tutela da Ordem Econômica

DISCIPLINAS OPTATIVAS DA LINHA: ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E ACESSO À JUSTIÇA

Tutela Constitucional do Processo

Teoria dos Precedentes e o Direito Processual

Direito Processual em Transformação

Direitos e Garantias Fundamentais do Contribuinte

Situações Jurídicas Tributárias

Acesso ao Serviço Público e Regime Democrático

DISCIPLINAS OPTATIVAS DA LINHA: DIREITOS FUNDAMENTAIS, CULTURA E RELAÇÕES SOCIAIS

Relações Jurídicas Privadas e Direitos Fundamentais

Arbitragem Empresarial e Justiça

Estado, Sociedade e Relações Laborais

Direito, Racismo e Políticas Afirmativas

Tópicos Especiais em Direito, Arte e Cultura

DISCIPLINAS OPTATIVAS DA LINHA: DIREITO PÓS-MODERNO: BIOÉTICA, CIBERNÉTICA, ECOLOGIA E DIREITO ANIMAL

Direito, Sociedade e Subjetividade

Direito Animal e Pós-Humanismo

Direito Cibernético e Pós-Humanismo

Tópicos Especiais em Direito e Ecologia

Estatuto Epistemológico da Bioética

A divisão das disciplinas entre os docentes é equilibrada, sendo que cada uma possui um docente diferente como responsável de forma com que nenhum professor leccione duas disciplinas por semestre.

Conceito.

REGULAR.

PPGD apresentou nos dois anos iniciais duas áreas de concentração. Abriu uma terceira área em 2016 sem, contudo, encerrar as demais. Tal fato desequilibrou as atividades do programa, impedindo cumprir o item 1 da avaliação, cujo descumprimento leva automaticamente ao conceito insuficiente. Além da ausência de coerência entre as disciplinas que vão do direito penal ao direito cibernético, passando por processo constitucional, direito empresarial e, direito dos animais, a ausência de organicidade também se repete nos projetos e grupos de pesquisa (item 2), impactando igualmente no demais itens

1.2. O Programa existe desde a década de 50, porém deixou de funcionar na década de 60.

Após sucessivas alterações voltou com o curso de Mestrado em 1975 e conseguiu reintroduzir o Doutorado em 2005.

No período de 2005 a 2016, informam que o Programa evoluiu no sentido do Doutorado espelhar a

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

segunda área de concentração do Mestrado (Relações Sociais).

Informam também sobre nova mudança, que ocorrerá a partir de 2017, quando o Doutorado passará a possuir uma única de concentração (Jurisdição Constitucional e Novos Direitos), assim como o Mestrado (Direitos Fundamentais e Justiça). Não obstante, a mudança já ocorreu em 2016 com a criação da terceira área sem encerrar as duas áreas de concentração anteriores.

A mencionada mudança parece fundamental para a unicidade e coerência do programa. Em razão dessa duplicidade existe uma desproporção entre as áreas de concentração atualmente existentes.

O Planejamento do programa, em razão dessa duplicidade de áreas de concentração, não demonstra a unidade necessária para desempenho de pesquisas aprofundadas, o que permite concluir que a organização das diretrizes gerais não foram sedimentadas. A busca pela correção com a nova reformulação pretendida para 2017 demonstra amplamente esta deficiência.

Informam a necessária organização de diretrizes gerais consistentes na ampliação da solidariedade nacional e internacional e a ampliação do acervo da biblioteca.

Demonstram engajamento para a melhoria do Programa, principalmente ao informar a pro atividade do Coordenador na participação de eventos e discussões da área, além de solicitar auxílio direto da Pró-Reitoria de pesquisa da UFBA.

Informa que atuam no sentido de atender as diretrizes das portarias da CAPES, inclusive instituindo o credenciamento do corpo docente vinculado a uma melhor e mais equilibrada produção.

Possuem um periódico sobre Direito Animal classificado no estrato A1.

### CONCEITO

Regular

Em decorrência da reestruturação do PPGD iniciada em 2016, há uma desarticulação grave no planejamento das atividades, cujo início de saneamento será em 2018 com a extinção de duas áreas de concentração.

Todas o planejamento é voltado a organizar as questões internas em razão da mudança da área de concentração, tornando secundário a solidariedade nacional e internacional. Embora o PPGD informe algumas atividades conjuntas, não foi demonstrado um plano de ação para atividades futuras que visem não só a expansão para o futuro mas, correção de erros passados.

### 1.3.

1) O programa dispõe de três salas de aula e banheiros, ocupando atualmente 06 (seis) salas, das quais três são destinadas ao apoio técnico-administrativo. As três salas de aula existentes são dotadas do equipamento necessário ao desenvolvimento das aulas, incluindo-se Datashow.

2) os professores dispõem de gabinetes para atendimento de alunos, além de uma sala para professores e um espaço com computadores destinado aos alunos.

3) Sala para discentes: O Programa conta, ainda, com um laboratório de informática, com computadores

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

ligados em redes interna e externa, e impressoras, para uso dos alunos.

4) O Programa conta com modernos equipamentos de informática: 12 computadores Pentium, impressoras, scanner, datashow em todas as salas de aula. Conta, ainda, com um moderno aparelho de videoconferência, de modo que professores de várias partes do mundo têm participado de seminários e bancas de defesa.

5) a Biblioteca da Faculdade de Direito (Biblioteca Teixeira de Freitas), que é a melhor da Bahia, conta atualmente com um acervo de aproximadamente 62.000 (sessenta e dois mil) títulos, dentre eles um acervo com 318 dos principais periódicos em Direito do Brasil, dispostos em um ambiente confortável com cabines de estudo, parte delas reservada para os alunos da Pós-Graduação.

Utilizam o sistema BTF, o qual possui ainda um contrato com a VLEX, banco de dados que possibilita acesso a legislação, jurisprudência e doutrina jurídica, revistas, e-books, modelos de contratos, totalizando aproximadamente 60 milhões de registros. O conteúdo da VLex abrange mais de 1700 livros jurídicos, cerca de 1300 periódicos, além de 318 periódicos.

CONCEITO

MUITO BOM

O PPGD cumpre adequadamente os cinco quesitos do item 1.3.

### Justificativa Reconsideração

1.1 e 1.2 Quanto à avaliação realizada pela Comissão no quesito relativo à proposta do Programa, o requerente argumenta que na trienal passada teve a atribuição do conceito bom no que se refere à coerência, consistência e atualização da área de concentração e linhas de pesquisa, projetos e proposta curricular e que buscou corrigir os erros apontados em relação à falta de adequação do nome das disciplinas e suas ementas e à indicação de bibliografia incompatível com uma pós-graduação estrito senso.

Realmente, percebe-se que o Programa procurou consertar as inconsistências retratadas na avaliação trienal 2010-2012. Inclusive criou uma nova área de concentração pretendendo dar mais aderência à pesquisa desenvolvida por seus docentes. Assim, além das áreas de “Relações Sociais e novos Direitos” e “Direito Público”, o Programa passou a contar com a área de “Direitos Humanos e acesso à Justiça”. Contudo, como ressaltado pelo relator da Comissão, a abertura desta nova área causou um desequilíbrio entre as áreas e desarticulou a pesquisa que vinha sendo realizada, pois verifica-se que a área de “Relações Sociais e novos direitos” concentra 13 projetos de pesquisa, enquanto a área de “Direito Público” alberga 33 projetos, e a área de “Direitos Humanos e acesso à Justiça” nenhum. Ademais, conforme noticiado no formulário da Sucupira, no próximo quadriênio haverá nova reformulação nas referidas áreas e os Cursos de Mestrado e Doutorado passarão a ter apenas duas áreas de concentração “Direitos Fundamentais e Justiça” e “Jurisdição Constitucional e novos Direitos”. Aliás, como observado pelo Relator, o planejamento futuro do Programa está concentrado nestas alterações e não há um registro de planos relativos às parcerias já existentes ou em relação às que se pretende estabelecer com

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

Universidades Nacionais e Estrangeiras. Por esses motivos, entende-se que deve ser mantido o CONCEITO REGULAR, tanto no que se refere ao item 1.1 e 1.2 da ficha de avaliação.

1.3 Neste item o programa recebeu conceito muito bom e não houve impugnação da avaliação realizada pela Comissão.

### 2 – Corpo Docente

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação	Reconsideração
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	25.0	Bom	Bom
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30.0	Muito Bom	Muito Bom
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30.0	Bom	Bom
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	15.0	Muito Bom	Muito Bom

### CONCEITO DA COMISSÃO

**Avaliação**

Bom

**Reconsideração**

Bom

### Justificativa

2.1.

O corpo docente inicia 2013 com 22 professores, passando para 23 em 2014, chegando a 29 em 2015 e reduzindo para 28 em 2016.

2013

Neste ano o corpo era composto por 22 professores, 18 permanentes e 4 colaboradores.

Dos 22 professores, 21 tem titulação na área do Direito e 1 na área de História

2 docentes foram formados pelo PPGD. Os demais foram formados pela PUC/SP (11), USP (2), UFPE (2), UNISINOS (1), UFSE (1), Coimbra (1), UFRJ (1) e ALBERT-LUDWIGS-UNIVERSITÄT FREIBURG (1).

Dos 22 docentes, as titulações mais recentes foram obtidas em 2009, o que demonstra um corpo docente maduro e com completa aderência temática a área de concentração do Programa.

2014

Neste ano, com a contratação de um novo professor, o Programa passou a contar com 23 docentes, 19 permanentes e 4 colaboradores.

A distribuição de formação ficou: UFBA (2), PUC/SP (12), USP (2), UFPE (2), UNISINOS (1), UFSE (1), Coimbra (1), UFRJ (1) e ALBERT-LUDWIGS-UNIVERSITÄT FREIBURG (1).

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

O tempo de defesa da titulação permaneceu a mesma de 2013, assim como a aderência da formação docente à área de concentração do Programa.

2015

Em 2015 o corpo docente foi ampliado para 29 professores, 22 permanentes e 7 colaboradores.

A distribuição de formação ficou: UFBA (4); PUC/SP (12), além da USP (3), UFPE(4), UNISINOS (1), UFSE (1), Coimbra (1), UFRJ (1), ALBERT-LUDWIGS-UNIVERSITÄT FREIBURG (1) e INDIANA UNIVERSITY (1)

O tempo de defesa da titulação ficou muito parecido com a de 2014, assim como a aderência da formação docente à área de concentração do Programa.

2016

Neste ano o quadro foi reduzido para 28 professores, 22 permanentes e 6 colaboradores.

A distribuição de formação ficou: UFBA (4); PUC/SP (12), além da USP (3), UFPE (4), UNISINOS (1), UFSE (1), Coimbra (1), UFRJ (1), e INDIANA UNIVERSITY (1)

O tempo de defesa da titulação ficou muito parecido com a de 2015, assim como a aderência da formação docente à área de concentração do Programa.

Conceito.

**REGULAR**

Todos os docentes do PPGD possuem formação na área do Direito ou conexas (item 1). O corpo docente é maduro, sem recém doutores (menos de 3 anos de defesa) e poucos jovens doutores (5 anos). Mais de 70% do corpo docente possui mais de três anos de doutorado (itens 2 e 3). Na consulta ao currículo lattes de cada um dos docentes foi constatado que somente 36,37% dos docentes possuíram alguma vinculação com outros programas de pós-graduação (projeto de pesquisa, pós-doutorado, obra conjunta e bancas. A grande maioria dos docentes também está vinculado a outras faculdades de direito ou ainda exercem atividades junto ao Poder Judiciário, Ministério Público, Poder Executivo, o que compromete a dedicação ao PPGD.

2.2.

Este tópico é bem desenvolvido no PPGD.

Todos os professores do programa no quadriênio estiveram vinculados a uma disciplina atingindo 100% dos docentes envolvidos. Em relação às orientações há uma desproporcionalidade evidente. com relação às orientações nos termos do que será narrado.

A distribuição das disciplinas é realizada de forma equilibrada, seja entre os docentes e as linhas de pesquisa.

Conceito

**MUITO BOM**

Ambos quesitos são cumpridos integralmente.

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

2.3.

Em 2013, um professor possuía 12 orientações de Mestrado e 1 de Doutorado, enquanto dois outros professores simplesmente não orientavam. A grande maioria dos professores possuíam de 4 a 8 orientandos no Mestrado, oscilando entre 2 a 4 orientandos no Doutorado.

Em 2014, a situação parece ser um pouco menos desequilibrada, pois a contratação do novo professor não fez com que mais atribuições de orientações fossem a ele atribuídas. Identificamos 3 professores sem orientandos no Mestrado e Doutorado, enquanto 1 possuía 11 orientações de Mestrado e 2 de Doutorado. Há equilíbrio parcial entre os demais professores, pois as orientações de Mestrado oscilam entre 3 a 8 orientandos para cada professor. No Doutorado o equilíbrio é maior.

Em 2015, a desproporcionalidade das orientações fica um pouco mais acentuada, visto que mesmo diante das contratações não foram atribuídas orientações de forma proporcional entre os docentes. 8 deles permaneceram sem nenhuma atribuição nem para Mestrado nem para Doutorado.

Em relação aos demais professores, não há a discrepância anteriormente apontada, variando o número de orientações entre 1 e 8 orientandos.

Em 2016, a desproporcionalidade das orientações é melhorada, haja vista que pela primeira vez nenhum dos docentes ficou sem orientadores.

A situação ficou um pouco mais uniforme e proporcional em relação aos anos anteriores sem grandes discrepâncias entre as orientações atribuídas aos docentes no mestrado. No Doutorado, alguns professores permanecem sem orientações, o que denota uma inconsistência no programa, com relação à atribuição de orientadores aos orientandos.

Conceito.

BOM

O ano 2016 aponta correção das distorções ocorridas nos anos anteriores.

2.4.

A relação dos docentes do PPGD com a graduação é bem equilibrada.

Todos os docentes do PPGD possuem orientações na graduação e participam ativamente de alguma forma específica.

Há atuação contínua dos discentes do PPGD como avaliadores de TCC em parceria com os professores da Graduação, além de estágios docentes realizados pelos alunos do PPGD com a orientação dos docentes do Programa.

Conceito.

MUITO BOM

Todos os docentes exercem ao menos uma atividade na graduação, demonstrando integração.



## Ficha de Avaliação/Reconsideração

### Justificativa Reconsideração

2.1 Em relação à avaliação realizada pela Comissão no quesito referente ao corpo docente, mais especificamente no item 2.1, o requerente alega que o corpo docente permanente oferta mais de 70% das disciplinas e 90% orienta e desenvolve pesquisa e por este motivo não deveria ter recebido o conceito BOM, mas MUITO BOM. Segundo o parecer do relator da Comissão, o corpo docente permanente possui uma variação significativa, o que demonstra certa instabilidade do Programa. Realmente, o corpo docente que remanesce a essas variações relativas à quantidade é maduro e mantém a exogenia, pois a maioria dos professores se titulou há mais de 5 anos e em outros Programas. Certamente, essas alterações com o credenciamento e descredenciamento de professores ao longo do quadriênio prejudica o comprometimento dos docentes com a proposta do Programa, por este motivo entende-se que o conceito BOM atribuído pela Comissão neste item deve ser mantido.

2.2 Neste item o programa recebeu conceito muito bom e não houve impugnação da avaliação realizada pela Comissão.

2.3 No que se refere a impugnação feita à avaliação do relator da Comissão ao item 2.3, relativo à distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa, ressalta-se que o Programa requerente contradiz os dados que ele mesmo informou na Plataforma Sucupira. Como se verifica nos relatórios relativos às orientações realizadas pelo corpo docente, em 2013, um professor permanente possuía apenas 1 orientando, enquanto um professor colaborador possuía 4 orientandos; em 2016, um professor do corpo permanente chegou a possuir 11 orientandos e um professor colaborador 7 orientandos. Nota-se que as atividades do programa não estão concentradas no corpo permanente e distribuída de maneira desproporcional entre os docentes, o que justifica o conceito BOM atribuído pela Comissão a este item.

### 3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação	Reconsideração
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30.0	Muito Bom	Muito Bom
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20.0	Bom	Bom
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	30.0	Muito Bom	Muito Bom
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	20.0	Muito Bom	Muito Bom

**CONCEITO DA COMISSÃO**

**Avaliação**  
Muito Bom

**Reconsideração**  
Muito Bom

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

### Justificativa

3.1.

Em 2013 os números do PPGD são 112 discentes matriculados, 4 desligados, 47 titulados e 101 defesas.

A média de titulações em relação ao corpo docente permanente foi de 6,7%.

A relação defesa/alunos matriculados foi de 90%.

Em 2014 os números do PPGD são: 110 discentes matriculados, 1 registro de abandono, 38 titulados e 96 defesas.

A média de titulações em relação ao corpo docente permanente foi de 6%.

A relação defesa/alunos matriculados foi de 87%.

Em 2015 os números do PPGD são 88 discentes matriculados, 56 e 86 defesas.

A relação defesa/alunos matriculados foi de 98%.

A média de titulações em relação ao corpo docente permanente foi de 4,7%.

No ano de 2016 os números do PPGD são 171 discentes matriculados, 27 e 61 defesas.

A relação defesa/açunos matriculados foi de 35,6%.

A média de titulações em relação ao corpo docente permanente foi de 4,7%.

No quadriênio foram realizadas 344 defesas. Considerando que a média de docentes foi de 16,25 professores, temos que a média defesa/docente no quadriênio é de 5,29 defesa/docente, significando uma média anual de 1,32 defesa/professor.

Em relação ao corpo discente, a média geral foi de 120,25 titulações por ano.

Conceito.

MUITO BOM.

O PPGD atingi o patamar máximo do documento de área.

3.2.

Em 2013, 112 discentes matriculados para 18 docentes permanentes, resultando na média de 6,2 alunos por professor.

Em 2014, 110 discentes matriculados para 19 professores permanentes, resultando na média de 5,8 aluno/professor.

Em 2015, 88 discentes matriculados para 18 docentes permanentes, resultando na média 4,9 aluno/professor.

Em 2016, 171 discentes matriculados para 13 professores, resultando na média de 13,1 aluno/docente permanente.

Conceito.

BOM

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

### 3.3.

Em 2013 foram registradas 396 produções intelectuais:

- Livros ou capítulos de livro: 123
- Artigos em Periódicos: 212
- Publicações em Anais: 5
- Traduções: 2
- Artigos em Jornais ou revistas: 27
- Curso de Curta Duração: 16
- Organização de Evento: 11
- Apresentação de Trabalho: 43
- Serviços Técnicos: 13
- Programas Rádio e TV: 10
- Editoração: 4
- Produção Cultural: 1
- Outro: 1

Em 2014 foram registradas 317 produções intelectuais:

- Livros ou capítulos de livro: 98
- Artigos em Periódicos: 101
- Publicações em Anais: 16
- Traduções: 4
- Artigos em Jornais: 25
- Curso de Curta Duração: 17
- Organização de Evento: 9
- Apresentação de Trabalho: 68
- Serviços Técnicos: 5
- Programas Rádio e TV: 17
- Editoração: 4
- Outros: 6

Em 2015 houve um aumento para 282 produções intelectuais:

- Livros ou capítulos de livro: 113
- Artigos em Periódicos: 49
- Publicações em Anais: 2
- Traduções: 2
- Artigos em Jornais: 25
- Curso de Curta Duração: 3
- Organização de Evento: 12
- Apresentação de Trabalho: 38

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

- Serviços Técnicos: 16
- Programas Rádio e TV: 2
- Editoração: 2
- Outros: 19

Em 2016 houve novo salto passando para 613 produções intelectuais:

- Livros ou capítulos de livro: 159
- Artigos em Periódicos: 88
- Publicações em Anais: 14
- Traduções: 0
- Artigos em Jornais ou revistas: 36
- Curso de Curta Duração: 35
- Organização de Evento: 15
- Apresentação de Trabalho: 83
- Serviços Técnicos: 109
- Programas Rádio e TV: 16
- Editoração: 12
- Outros: 79
- Relatório Pesquisa: 3

Em 2013, das 396 produções intelectuais, 173 foram realizadas por alunos, o que representa 43,68% do total.

Em 2014, das 317 produções intelectuais, 118 foram realizadas por alunos, o que representa 37,22% do total.

Em 2015, das 282 produções intelectuais, 50 foram realizadas por alunos, o que representa 17,73% do total.

Em 2016, das 613 produções intelectuais 74 foram realizadas por alunos, o que representa 12%.

Com isso, a média de produção discente no quadriênio foi de 30%, possuindo um perfil de aumento ano a ano.

Conceito.

MUITO BOM.

Conforme os níveis mais elevados do Documento de área

3.4.

Em 2013 foram indicados 47 discentes titulados. 3 doutores e 34 mestres. Com relação ao tempo de formação de mestres e doutores, verifica-se a média de 29,4 meses para o mestrado e 35,3 para o doutorado.

Foram indicados 5 destes 34 mestres com bolsa e 1 dos 3 doutores com bolsa, representando 12,6% de bolsistas titulados.

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

Em 2014 a média de meses encontrada foi de 27,57 meses. Entre doutores titulados a média de formação foi de 33,42 meses. Entre os mestres titulados a média foi de 26,35 meses.

Foram indicados 8 bolsistas entre os discentes titulados do mestrado e 1 discente do doutorado com bolsa, representando 23,7% de bolsistas entre os titulados.

Em 2015 a média de duração da formação encontrada foi de 25,5 meses entre os discentes titulados. Sendo 32,3 meses entre doutores e 23,3 meses entre mestres.

Com relação às bolsas no ano de 2015,

9,1% (1/11) dos doutorandos titulados tiveram bolsa

12,2% (5/41) dos mestrandos tiveram bolsa.

No ano de 2016 a média foi de 27,4 meses em média de tempo de formação.

Sendo 37,9 meses em média de tempo de formação para o doutorado.

E 23,8 meses em média para o mestrado.

Com relação às bolsas no ano de 2016,

Nenhum dos 7 discentes do doutorado constou com bolsa enquanto, entre titulados no mestrado

25% (5/20) dos discentes tiveram bolsa.

A Média do Programa para o quadriênio foi 36,8 meses para o Doutorado e 24,8 meses para o Mestrado.

Conceito.

MUITO BOM

Conforme o padrão mais elevado estabelecido pelo Documento de Área

### Justificativa Reconsideração

Neste quesito o programa recebeu conceito muito bom e não houve impugnação da avaliação realizada pela Comissão.

### 4 – Produção Intelectual

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação	Reconsideração
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40.0	Bom	Bom
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	35.0	Regular	Regular
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	25.0	Bom	Bom
4.4. Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	-	Não Aplicável	Não Aplicável

**CONCEITO DA COMISSÃO**

**Avaliação**

Bom

**Reconsideração**

Bom

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

### Justificativa

4.1.

Não há indicação correta quanto à natureza das obras bibliográficas.

Consta, em sua maioria, se tratar de obra didática (sem indicar se decorrente de pesquisa).

Em 2013, foram registradas 396 produções intelectuais, das quais, 296 oriundas de docentes(excluídos registros em duplicidade):

- Livros ou capítulos de livro: 77
- Artigos em Periódicos: 98
- Publicações em Anais: 3
- Traduções: 2
- Artigos em Jornais: 4

Técnicas:

- Curso de Curta Duração: 16
- Organização de Evento: 11
- Apresentação de Trabalho: 38
- Serviços Técnicos: 13
- Programas Rádio e TV: 10
- Editoração: 04 (mas parecem estar duplicadas)
- Outros: 02 (sem identificação do que se trata)

Consta 01 produção artística

Em 2014 foram registradas 317 produções intelectuais (250 de docentes):

- Livros ou capítulos de livro: 66
- Artigos em Periódicos: 59
- Publicações em Anais: 9
- Traduções: 04
- Artigos em Jornais: 08

Técnicas (no total de 104):

- Curso de Curta Duração: 17
- Organização de Evento: 09
- Apresentação de Trabalho: 50
- Serviços Técnicos: 05
- Programas Rádio e TV: 17
- Editoração: 04
- Outros: 02 (sem identificação do que se trata)

Consta 01 produção artística

Em 2015 houve um aumento para 282 produções intelectuais (227 de docentes):

- Livros ou capítulos de livro: 108
- Artigos em Periódicos: 29

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

- Publicações em Anais: 02

- Traduções: 02

- Artigos em Jornais: 16

Técnicas:

- Curso de Curta Duração: 03

- Organização de Evento: 12

- Apresentação de Trabalho: 27

- Serviços Técnicos: 16

- Programas Rádio e TV: 02

- Editoração: 02

- Outros: 08

Consta 01 produção artística

Em 2016 houve um salto passando para 613 produções intelectuais(575 de docentes):

- Livros ou capítulos de livro: 138

- Artigos em Periódicos: 57

- Publicações em Anais: 09

- Outro 05

- Artigos em Jornais: 26

Técnicas (no total de 340)

- Curso de Curta Duração: 35

- Organização de Evento: 15

- Apresentação de Trabalho: 77

- Serviços Técnicos: 109

- Programas Rádio e TV: 16

- Editoração: 12

- Outros: 72

- Relatório Pesquisa: 03

- Desenvolvimento de material didático: 01

Consta 01 produção artística

Conceito.

BOM.

Conforme apuração geral da Avaliação da Área.

4.2.

No ano de 2013 dos 22 professores permanentes, todos tiveram, ao menos, uma produção intelectual.

10 apresentaram trabalhos em anais de eventos. 21 dos 22 docentes publicaram ao menos 1 livro/capítulos de livro, bem como 20 dos 22 professores publicaram artigos em periódicos.

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

As publicações em periódicos somaram 98 produções e, 39 em periódicos distintos:

A1-2

B1 – 7

B4 – 1

B5 – 2

C- 20

NÃO CADASTRADOS - 7

Em 2014, consta produção para 22 dos 23 professores permanentes. 16 publicaram ao menos um livro ou capítulo de livro (69,56%), 16 publicaram ao menos um artigo em periódico (69,56%). Foram publicados 59 artigos em periódicos por docentes, assim distribuídos:

A1 -4

A2 - 2

B1 -13

B2 – 2

B4 – 6

B5 – 2

C-26

Não classificados - 4

Em 2015, dos 29 professores permanentes, 20 publicaram, ao menos um livro ou capítulo (68,96%). Em relação aos artigos em periódicos temos 10 docentes publicando ao menos uma vez (34,48%).

Foram publicados 29 artigos em periódicos por docentes, assim distribuídos:

A1 -2

B1 -13

B2 – 3

B4 – 2

B5 – 1

C- 8

Em 2016 são 28 professores permanentes sendo que destes 23 publicaram livros ou capítulos de livros (82,14%) e, 18 docentes permanentes publicaram artigos em periódicos (64,28%).

Foram publicados 57 artigos em periódicos por docentes, assim distribuídos:

A1 -4

A2 - 1

B1 -13

B2 – 8

B4 – 4

B5 – 3

C-16

Não classificados - 8



## Ficha de Avaliação/Reconsideração

Conceito

REGULAR

4.3.

Não há identificação precisa de todas as atividades realizadas.

Registre-se que as informações prestadas pelo PPGD foram lançadas de forma genérica ou como “serviços técnicos” e “outros”.

Em 2013 foram indicados 94 atividades de natureza técnica:

Apresentação de trabalho – 38

Curso de curta duração – 16

Editoria – 04 (aparentam estar duplicados)

Organização de evento – 11

Outro – 2

Programa de Rádio e TV – 10

Serviços Técnicos - 13

Em 2014 foram indicados 104 atividades de natureza técnica:

Apresentação de trabalho – 50

Curso de curta duração – 17

Editoria – 04

Organização de evento – 9

Outro – 2

Programa de Rádio e TV – 17

Serviços Técnicos - 5

Em 2015 foram indicados 70 atividades de natureza técnica:

Apresentação de trabalho – 27

Curso de curta duração – 3

Editoria – 02

Organização de evento – 12

Outro – 8

Programa de Rádio e TV – 2

Serviços Técnicos - 16

Em 2016, em grande salto, foram indicados 340 atividades de natureza técnica (mais da metade da produção intelectual do programa), conforme abaixo descrito:

Apresentação de trabalho – 77

Curso de curta duração – 35

Desenvolvimento de material didático -01

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

Editoria – 12

Organização de evento – 15

Outro – 72

Programa de Rádio e TV – 16

Relatório de Pesquisa - 3

Serviços Técnicos – 109

Destaque para uma professora com 42 produções técnicas

Conceito.

BOM

### Justificativa Reconsideração

4.1 Quanto ao quesito 4, Produção intelectual, o requerente alega que há equívocos na avaliação realizada pela Comissão quanto à produção qualificada do corpo permanente, que teria sido superior aquela apontada no parecer do relator. De acordo com o que consta na tabela apresentada pelo Programa em seu pedido de reconsideração, os professores permanentes teriam publicado 15 artigos em revistas classificadas em estrato A1 e A2, do Qualis periódicos. Por outro lado, a Comissão ao atribuir o conceito neste item, considerou 23 artigos publicados pelos docentes do Programa nestes estratos, ou seja, um número superior ao que foi apontado pelo próprio requerente. Porém, é preciso atentar para o fato de que mesmo considerada a produção qualificada de todos os docentes, o Programa não atinge a pontuação necessária para a atribuição do conceito MUITO BOM, quando comparado com outros programas da área. Além disso, é preciso destacar que 5 dos artigos que integram a produção qualificada foram publicados na Revista de Direito Animal, editada pelo próprio PPGD-UFBA, o que pode determinar uma preocupante endogenia. Por este motivo, entende-se que o conceito BOM atribuído pela Comissão deve ser mantido.

4.2 Em relação à distribuição da produção intelectual pelo corpo docente permanente, percebe-se que é desigual. Note-se que na tabela apresentada pelo requerente, somente 11 professores publicaram em revistas classificadas nos estratos A1 e A2 do Qualis periódicos. Além disso, a maior pontuação quanto à produção está concentrada em 3 docentes, inclusive há um professor que não atinge nem 100 pontos no quadriênio. Os números apontados no parecer da Comissão de Avaliação explicitam a situação do Programa. Portanto, não há razões para atribuir um conceito MUITO BOM neste item, devendo ser mantido o conceito REGULAR.

4.3. Não impugnação do Programa à avaliação deste item.

4.4 Não impugnação do Programa à avaliação deste item.

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

### 5 – Inserção Social

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação	Reconsideração
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40.0	Regular	Regular
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40.0	Regular	Regular
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.	20.0	Muito Bom	Muito Bom
<b>CONCEITO DA COMISSÃO</b>		<b>Avaliação</b> Regular	<b>Reconsideração</b> Regular

#### Justificativa

5.1.

2013

No tocante ao item (1) para ilustrar o impacto social da formação docente do Programa e a multiplicação do conhecimento acadêmico científico, foram elencadas as atividades realizadas por alguns doutores e mestres formados pelo Programa nos anos de 2010-2011 e 2012, com a sua respectiva colocação profissional.

O Programa relatou muito bem a formação de seu egressos juntos a Administração Pública, instituições educacionais e também perante a sociedade civil.

No item (2) foram indicados como produção relevante um artigo em revista ou jornal s/ indicação de qualis; 3 artigos publicados em periódicos, sendo o primeiro (Revista de Processo) o segundo (Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção) e o terceiro (Revista Dialética de Direito Tributário) ambos s/ indicação de qualis; indicaram mais um livro que é artigo em coletânea publicada no Brasil.

Como publicação técnica inseriram no sistema duas: a primeira uma edição na REVISTA BRASILEIRA DA DIREITO ANIMAL N.13 /BRAZILIAN ANIMAL RIGHTS JOURNAL N.13; e a segunda serviços técnicos no CONPEDI – elaboração de parecer.

No que tange ao item (3) dois professores desenvolvem disciplinas de extensão que permitem que estudantes da graduação e da pós-graduação participem de atividades de interação da universidade com a sociedade civil.

Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) é uma atividade de extensão da UFBA com a finalidade de intensificar o contato da Universidade com a sociedade, contribuindo para o cumprimento de seu compromisso social; articular o conhecimento técnico, científico, artístico e cultural produzido na Universidade com o conhecimento construído pelas comunidades e os diversos atores sociais, com vistas a instrumentalizar os participantes para atuarem nos processos de transformação social; fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade, ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a melhoria da qualidade da formação acadêmica propiciada pelos cursos de Graduação e de Pós-

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

Graduação desta Universidade. Em 2014, um professor desenvolveu a atividade de extensão ACCS DIRB21 História do Direito, Direito Ambiental e Povos e Comunidades Tradicionais, que tem como objetivo fazer a interação e entre teoria e prática, com análise da História do Direito e sua interface com sustentabilidade ambiental e minorias étnicas. Os trabalhos são desenvolvidos com os Tupinambás de Olivença, Quilombo da Baía do Iguape, Assentamento Terra Vista e Terreiro da Casa Branca. Um professor desenvolve, há 9 anos, a ACCS denominada DOR456 Ética e Direitos dos Animais, em parceria com comunidades pobres no bairro de São Lázaro, na cidade do Salvador. A partir do ano de 2010 a atividade passou a ser exercida em cidades do interior do Estado, em parceria com prefeituras e escolas públicas do ensino básico e fundamental. A atividade consiste basicamente em capacitar os alunos, oriundos dos cursos de direito, medicina, veterinária, comunicação, letras, biologia e nutrição, em educação ambiental voltada ao respeito dos direitos dos animais, produzir um material educativo e levá-los a discussão com alunos de escolas públicas no interior do Estado. O trabalho é desenvolvido em parceria com uma professora do programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Faculdade de Comunicação (FACOM) da UFBA. Nesta atividade de extensão, os estudantes, de diversos cursos de graduação, desenvolvem trabalhos em escolas públicas do ensino fundamental na cidades de Salvador e Lauro de Freitas, apresentando seminários, debates e atividades lúdicas de educação ambiental em favor dos animais, que ao final do curso se transformam em materiais que ensejam a produção de documentários, músicas e clips musicais que são posteriormente divulgados nas próprias escolas e nas redes sociais. Em 2014, a disciplina foi desenvolvida, durante os dois semestres, em 5 escolas públicas da cidade do Salvador. As atividades desenvolvidas pela ACCS estão disponíveis no site do Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Direito Animal, Meio Ambiente e Pós-Humanismo (NIPEDA),

2014

No tocante ao item (1) - para ilustrar o impacto social da formação docente do Programa e a multiplicação do conhecimento acadêmico científico, foram elencadas as atividades realizadas por alguns doutores e mestres formados pelo Programa nos anos de 2010-2011 e 2012, com a sua respectiva colocação profissional.

O Programa relatou muito bem a formação de seus egressos juntos a Administração Pública e também perante a sociedade civil.

Em relação ao item (2) – constam 5 artigos publicados em periódicos na produção bibliográfica: o primeiro e o segundo na revista (Education and Science without Borders journal) publicado em inglês não menciona o qualis; o terceiro na revista (Revista General del Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social) não consta qualis; o quarto na (Rivista Federalismi (Rivista di diritto pubblico italiano, comunitario e comparato) publicado em português; o último na revista (Revista do Instituto do Direito Brasileiro) s/ qualis.

Na produção técnica constam 5 apresentações de trabalho em congresso, dois em espanhol 2 em inglês e um em italiano.

Em relação ao item 3 o Programa inseriu no sistema a mesma resposta do ano anterior.

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

2015

Item (1) – igual aos dois primeiros anos.

Item (2) produção bibliográfica constam 3 artigos publicados em periódicos: o primeiro e o segundo na Rivista Federalismi (Rivista di diritto pubblico italiano, comunitario e comparato); o terceiro na revista Contribuciones a las Ciencias Sociales. E dois livros publicados em coletâneas: o 1º na Editora Brasileira Comercial – Qualis; o 2º na editora rw&w Science & New Media Passau-Berlin-Prague, da cidade de Praga, Republica Tcheca.

Produção técnica: 5 apresentações de trabalhos. Sendo que 3 foram apresentadas em cidades com língua inglesa, uma em espanhol e uma na italia (porém no sistema está idioma português).

Item (3) – mesma resposta dos anos anteriores.

2016

Item (1) - Visando a formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil capazes de aprimorar a gestão pública e reduzir a dívida social, a produção de obras relevantes, de circulação nacional e/ou internacional e a realização de atividades de extensão, voltadas à concretização de interesses públicos ou sociais, o PPGD/UFBA possui diversas relações com instituições públicas e privadas, tais como a Academia de Letras Jurídicas da Bahia, Fundação Orlando Gomes, Fundação Faculdade de Direito, o Instituto o Direito por um Planeta Verde, o Instituto Abolicionista pelos Animais, Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da UFBA, Fórum de Coordenadores do Nordeste, World Academy of Art & Science, Secretaria de Segurança Pública e Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Item (2)- Na produção bibliográfica constam 5 artigos publicados em periódicos: o primeiro na revista(DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA com qualis A-2); o segundo na revista (ATHENS JOURNAL OF LAW); o terceiro na revista (ENVIRONMENTAL POLICY AND LAW); o quarto na revista (University of Baltimore Journal of International Law (On line); e o último na revista (RATIO JURIS ¿ UNIVERSIDAD AUTÓNOMA LATINOAMERICANA).

Produção técnica constam 5: a primeira serviços técnicos - Avaliar pedido de bolsa ao Programa Bolsas para Pesquisa Capes/Humboldt (modalidade Pesquisador Experiente) - 8ª Chamada – 2015; a segunda curso de curta duração - Faculdade de Direito de Vitória | FDV; terceira curso de curta duração - Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) da Unifor; a quarta é organização de evento - Unibrasil, PUC-PR, UNOESC, Unifor, UFPR; por fim organização de evento na Unifio - Centro Universitário Fieo.

Item (3) programa de extensão:

O PPGD/UFBA possui intercâmbios com diversos programas nacionais, especialmente com os programas da Região Nordeste, uma vez que o seu coordenador, também coordena o Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Direito da Região Nordeste, especialmente com os programas da UFPE, UFS, UFCE e UFMA. Além disso, o PPGD/UFBA possui um contínuo intercâmbio com programas das demais regiões como os programas da UNICEUB, USP. UFF/RJ, IMED/RS, UNILASALLE/RS, PUC/RS, UNICURITIBA e outras. Este intercâmbio se reflete no fluxo de docentes e

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

discentes e no auxílio mútuo para publicação e avaliação dos periódicos vinculados aos respectivos programas. Além disso, este intercâmbio se reflete na participação dos professores do PPGD/UFBA em bancas de defesa, citou ainda o Lattes de vários professores e suas bancas.

Conceito.

REGULAR

O apresenta as mesmas informações sobre os egressos nos anos 2013, 2014 e 2015, sendo todos os dados, além de genéricos, referentes a 2014. Somente em 2016 há o correto preenchimento deste quesito.

A produção indicada como de excelência não corresponde aos padrões de avaliação de qualidade da área.

Não foram encontradas atividades de extensão, mas sim, informações sobre cooperações com algumas associações. Por isso, não há elementos nos dados para subir o conceito.

5.2.

Para facilitar a avaliação deste tópico cada quesito será avaliado ano a ano:

1.) projetos aprovados em grandes programas internacionais, que possibilitem a mobilidade docente e/ou estudantil

2013.

O Programa possui convênios para a realização de intercâmbios institucionais com algumas Universidades estrangeiras.

a) Acordo de cooperação entre a UFBA e a Universidade François Rabelais;

b) Convênio com a Universidade da Flórida. Em 2013 estiveram como professores visitantes na Universidade da Florida dois professores do Programa (outubro/novembro);

c) Convênio celebrado entre a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Mondlane de Moçambique para recepção de alunos daquela instituição, bem como da Guiné Bissau. Até o presente momento, seis alunos concluíram o Mestrado e outros dois cursam Mestrado e Doutorado;

d) Convênio celebrado entre a Faculdade de Direito da UFBA e a Michigan State University, que tem como objeto o intercâmbio entre Professores dessas Instituições e a realização de eventos científicos conjuntos tanto nos Estados Unidos quanto em Salvador.

2014 e 2015 igual a 2013.

2016 Acresce:

E) Acordo de Cooperação com a Pace University Law School;

F) Acordo de cooperação com a Universidade Estadual da Flórida (Florida University, Gainesville, EUA);

G) Convênio entre o Programa e a Universidad Autonoma de Barcelona;

H) A UFBA possui um convênio Institucional com a Université Aix-Marseille;

Esses intercâmbios internacionais vêm permitindo do fluxo de professores e a publicação conjunta, a

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

participação do corpo docente e discente do PPGD/UFBA em congressos e seminários internacionais, a participação em bancas de defesa.

2) projetos de cooperação entre os programas, financiados por organismos oficiais;

Não constam informações no Coleta.

3) projetos desenvolvidos em parceria com instituições públicas ou com organismos privados;

2013

Um professor desenvolve, há 8 anos, a ACCS denominada DOR456 Ética e Direitos dos Animais, em parceria com comunidades pobres no bairro de São Lázaro, na cidade do Salvador. A partir do ano de 2010 a atividade passou a ser exercida em cidades do interior do Estado, em parceria com prefeituras e escolas públicas do ensino básico e fundamental.

2014, 2015 e 2016 igual ao ano de 2013.

4) realização de eventos em conjunto (simpósios, congressos, oficinas, etc.);

Não consta informações

5) publicações conjuntas;

2013

Foi identificado um artigo em periódico (Revista de Processo) e um Livro em conjunto com os brasileiros.

Em 2014 e 2015 não foram realizadas publicações em conjunto

Em 2016 consta a publicação de um artigo em periódico na Revista de Processo.

6) desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos;

2013

No que se refere à realização de projetos integrados de pesquisa, cabe observar o trabalho desenvolvido pelo Professor perante o BAILE. O BRAZIL AMERICAN INSTITUTE FOR LAW AND ENVIRONMENT (BAILE), que é um centro de ensino e pesquisa dedicado a construir e avançar as relações entre os Estados Unidos e o Brasil em seus objetivos comuns de proteção ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Sediado e apoiado na Pace Law School, em New York, (uma dos três principais Faculdades de Direito com programas de direito ambiental nos EUA), e pela Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. O BAILE visa encorajar a cooperação internacional para o estímulo e o progressivo melhoramento do direito ambiental em ambos os países. Coordenado pelo professor visitante do PPGD da UFBA, o instituto tem como coordenador regional o outro professor do Programa e como Diretor de Serviços Internacionais um professor FGV/RJ. O BAILE está disponível no site da Pace University Law School em <http://www.law.pace.edu/staff-0>. Este intercâmbio tem permitido o intercâmbio de professores e discentes, além da realização de seminários conjuntos, curso de verão, co-orientações de dissertações e teses de doutorado e participação em bancas.

2014, 2015 e 2016 consta com a mesma redação do ano de 2013.

7) realização de cursos em parceria;

2013

Entre os dias 17 e 18 de março de 2014, um professor do Programa, juntamente com uma professora do

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

Programa de Pós-Graduação da Université François Rabelais, coordenou o Colóquio Eurosul: Recursos Naturais e Responsabilidade”, realizado na Université François Rabelais, em Tours, na França, que contou com a participação de diversos professores de ambos os programas e de professores de outras universidades européias.

2014, 2015 e 2016, constam com a mesma redação de 2013.

8) co-orientação de teses e dissertações;

Não constam informações no Coleta

9) mestrado ou doutorado interinstitucional.

O Programa não mencionou respostas referente ao MINTER e nem DINTER.

Conceito.

REGULAR

O programa cumpre somente o quesitos 1, 6 e 7.

Vários quesitos não foram informados pelo PPGD no coleta e, mesmo os dados informados foram repetidos em todos os anos, suscitando dúvidas, especialmente se o PPGD possui somente projetos de longo prazo ou, se há erro no preenchimento das informações.

5.3.

Todos os itens são cumpridos integralmente, exceto o número 6 que não há no site do programa as dissertações e as teses defendidas

Conceito

MUITO BOM

O PPGD só deixa de informar as dissertações e teses defendidas.

### Justificativa Reconsideração

5. 1 e 5.2 Por fim, quanto ao quesito referente à Inserção Social, verifica-se que o requerente inseriu praticamente os mesmos dados na Sucupira, nos últimos quatro anos. Realmente, foram realizadas ações importantes com a participação de docentes em projetos de extensão, em bancas de outros Programas e a inserção profissional de seus egressos. Contudo, não há um detalhamento do impacto dessas ações no cenário regional e nacional. Ademais, a participação dos docentes permanentes em outros programas ainda é tímida e não foram mencionados produtos de pesquisa compartilhada, houve apenas a indicação genérica de cooperação. Quanto ao destaque profissional dos egressos, as informações prestadas na Sucupira se repetem ao longo do quadriênio. Ressalte-se, ainda, que nem todas as publicações citadas como determinantes da inserção social do Programa têm seu impacto no cenário regional e nacional demonstrado. Em razão disso, entende-se que deve ser mantido o conceito REGULAR, para os itens 5.1. e 5.2.



## Ficha de Avaliação/Reconsideração

5.3 Neste item o Programa recebeu conceito MUITO BOM e não fez qualquer impugnação à avaliação realizada pela Comissão.

### Qualidade dos Dados

Quesitos de Avaliação	Peso	Avaliação	Reconsideração
1 – Proposta do Programa	-	Fraco	Fraco
2 – Corpo Docente	20.0	Muito Bom	Muito Bom
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	30.0	Muito Bom	Muito Bom
4 – Produção Intelectual	40.0	Bom	Bom
5 – Inserção Social	10.0	Bom	Bom

### CONCEITO DA COMISSÃO

**Avaliação**  
Muito Bom

**Reconsideração**  
Muito Bom

### Apreciação da Avaliação

1. Proposta do Programa.

As informações prestadas neste item são singelas, especialmente nos anos iniciais. Existem erros graves como repetir no ano de 2014 o texto de 2013. A informação sobre a criação da terceira área de concentração foi muito superficial.

2. Corpo docente.

O PPGD apresenta todas as informações solicitadas em números absolutos.

3. Corpo discente.

O PPGD apresenta todas as informações solicitadas em números absolutos.

4. Produção Intelectual.

Não há indicação correta sobre natureza das obras bibliográficas.

5. Inserção Social.

O PPGD deixa de responder a uma série de quesitos do item 5.2, deixando a dúvida se não existiu atividades indagada, ou se houve falha no preenchimento do documento.

### Apreciação da Reconsideração

Não houve impugnação à avaliação deste item.

### Parecer da comissão de área sobre o mérito do programa

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

Quesitos de Avaliação	Peso	Avaliação	Reconsideração
1 – Proposta do Programa	-	Bom	Bom
2 – Corpo Docente	20.0	Bom	Bom
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	30.0	Muito Bom	Muito Bom
4 – Produção Intelectual	40.0	Bom	Bom
5 – Inserção Social	10.0	Regular	Regular

Nota	Avaliação	Reconsideração
	4	4

### Justificativa

O PPGD narra que teve sua nota reduzida em sua última avaliação. Contudo, a nota 4 deve ser mantida em razão das travas intransponíveis da produção intelectual.

Deve ser valorizado o inegável trabalho realizado pela coordenação do Programa na última fase da quadrienal, sem desconsiderar também a tradição da Instituição no contexto regional.

Os movimentos estruturais executados merecem louvores e amplo apoio em razão da inequívoca tendência ascendente.

No quadro atual, considerando inclusive os esforços de superação das imensas debilidades --cujas soluções foram encaminhadas--, recomenda-se a manutenção da nota 4 como um voto de confiança nas reformas que o PPGD iniciou em 2016.

### Justificativa na reconsideração

Opina-se pelo indeferimento do pedido de reconsideração do PPGD-UFBA, em razão dos seguintes motivos:

1. Quanto ao item 1.1, observa-se que criou uma nova área de concentração pretendendo dar mais aderência à pesquisa desenvolvida por seus docentes. Assim, além das áreas de “Relações Sociais e novos Direitos” e “Direito Público”, o Programa passou a contar com a área de “Direitos Humanos e acesso à Justiça”. Contudo, como ressaltado pelo relator da Comissão, a abertura desta nova área causou um desequilíbrio entre as áreas e desarticulou a pesquisa que vinha sendo realizada, pois verifica-se que a área de “Relações Sociais e novos direitos” concentra 13 projetos de pesquisa, enquanto a área de “Direito Público” alberga 33 projetos, e a área de “Direitos Humanos e acesso à Justiça” nenhum, o que justifica a manutenção do conceito REGULAR.

2. Em relação item 1.2, conforme noticiado no formulário da Sucupira, no próximo quadriênio haverá nova reformulação nas referidas áreas e os Cursos de Mestrado e Doutorado passarão a ter apenas duas áreas de concentração “Direitos Fundamentais e Justiça” e “Jurisdição Constitucional e novos Direitos”. Aliás, como observado pelo Relator, o planejamento futuro do Programa está concentrado nestas alterações e não há um registro de planos relativos às parcerias já existentes ou em relação às que se pretende

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

estabelecer com Universidades Nacionais e Estrangeiras. Em razão disso, mantém-se o conceito REGULAR na avaliação deste item.

3. Entende-se igualmente que foi acertada a avaliação realizada pela Comissão no item 2.1, relativo ao perfil do corpo docente, pois o corpo docente permanente deste Programa apresentou uma variação significativa ao longo do quadriênio, o que demonstrou a sua instabilidade. Realmente, o corpo docente que remanesce a essas variações relativas à quantidade é maduro e mantém a exogenia, pois a maioria dos professores se titulou a mais de 5 anos, em outros Programas. Contudo, é preciso reconhecer que essas alterações com o credenciamento e descredenciamento de professores ao longo do quadriênio prejudica o comprometimento dos docentes com a proposta do Programa, por este motivo entende-se que deve ser mantido o conceito BOM.

4. Quanto ao item 2.2, adequação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e formação do programa, ressalta-se que o requerente contradiz os dados que ele mesmo informou na Plataforma Sucupira. Como se verifica nos relatórios referentes às orientações realizadas pelo corpo docente, em 2013, um professor permanente possuía apenas 1 orientando, enquanto um professor colaborador possuía 4 orientandos; em 2016, um professor do corpo permanente chegou a possuir 11 orientandos e um professor colaborador 7 orientandos. Nota-se que as atividades do programa não estão concentradas no corpo permanente e nem distribuídas adequadamente, o que justifica a manutenção do conceito BOM.

5. Quanto ao quesito 4, referente à produção intelectual, nos termos em que foi informado na Sucupira e na tabela fornecida pelo próprio requerente, verifica-se que os professores permanentes teriam publicado 15 artigos em revistas classificadas em estrato A1 e A2, do Qualis periódicos. Por outro lado, a Comissão ao atribuir o conceito neste item, considerou 23 artigos publicados pelos docentes do Programa nestes estratos, ou seja, um número superior ao que foi apontado pelo próprio requerente. Porém, é preciso atentar para o fato de que mesmo considerada a produção qualificada de todos os docentes, o Programa não atinge a pontuação necessária para a atribuição do conceito MUITO BOM, quando comparado com outros programas da área. Além disso, é preciso destacar que 5 dos artigos que integram o conjunto da produção qualificada foram publicados na Revista de Direito Animal, editada pelo próprio PPGD-UFBA, o que pode determinar preocupante endogenia. Por estes motivos, entende-se que deve ser mantido o conceito BOM.

6. Ainda quanto ao quesito 4, em relação à distribuição da produção intelectual pelo corpo docente permanente, percebe-se que é desigual. Note-se que na tabela apresentada pelo requerente, somente 11 professores publicaram em revistas classificadas nos estratos A1 e A2 do Qualis periódicos. Além disso, a maior pontuação quanto à produção está concentrada em 3 docentes, inclusive há um professor que não atinge nem 100 pontos no quadriênio. Portanto, não há razões para atribuir um conceito MUITO BOM neste item, devendo ser mantido o conceito REGULAR.

7. Quanto ao quesito 5, da Inserção Social, verifica-se que o requerente inseriu praticamente os mesmos dados na Sucupira, nos últimos quatro anos. Realmente, foram realizadas ações importantes com a participação de docentes em projetos de extensão, em bancas de outros Programas e a inserção

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

profissional de seus egressos. Contudo, não há um detalhamento do impacto dessas ações no cenário regional e nacional. Ademais, a participação dos docentes permanentes em outros programas ainda é tímida e não foram indicados produtos de pesquisa compartilhada, houve apenas a indicação genérica de cooperação. Por estas razões, deve ser mantido o conceito REGULAR.

### Membros da Comissão de Avaliação

Nome	Instituição
KATYA KOZICKI	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
JOAO PAULO FERNANDES DE SOUZA ALLAIN TEIXEIRA	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
JAMILE BERGAMASCHINE MATA DIZ	UNIVERSIDADE DE ITAÚNA
RAQUEL FABIANA LOPES SPAREMBERGER	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
LENIO LUIZ STRECK	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CLAUDIA ROSANE ROESLER	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
VALCIR GASSEN	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
JOSE FRANCISCO SIQUEIRA NETO	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
MARLI MARLENE MORAES DA COSTA	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
ERIVALDO CAVALCANTI E SILVA FILHO	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LIZIANE PAIXAO SILVA OLIVEIRA	UNIVERSIDADE TIRADENTES
GISELE GUIMARAES CITTADINO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
ALVARO LUIZ TRAVASSOS DE AZEVEDO GONZAGA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
GUSTAVO SILVEIRA SIQUEIRA (Coordenador Adjunto de Programas Profissionais)	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JOSE AUGUSTO FONTOURA COSTA	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MARTONIO MONT ALVERNE BARRETO LIMA	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
ANA MARIA D'AVILA LOPES	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
ANTONIO GOMES MOREIRA MAUES (Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CLARA MARIA ROMAN BORGES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
MARIA FERNANDA SALCEDO REPOLES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
HERON JOSE DE SANTANA GORDILHO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
GUSTAVO FERREIRA SANTOS (Coordenador de Área)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
WLADIMIR BARRETO LISBOA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FERNANDO ANTONIO DE CARVALHO DANTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
JOSE RUBENS MORATO LEITE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CECILIA CABALLERO LOIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FLAVIANE DE MAGALHAES BARROS BOLZAN DE MORAIS (Coordenador Adjunto de Programas Profissionais)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
LITON LANES PILAU SOBRINHO	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJÁ
MARIO ENGLER PINTO JUNIOR	ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO
ELDA COELHO DE AZEVEDO BUSSINGUER	FACULDADE DE DIREITO DE VITORIA
INGO WOLFGANG SARLET (Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos)	RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

### Membros da Comissão de Reconsideração

Nome	Instituição
GUSTAVO FERREIRA SANTOS (Coordenador de Área)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
JOAO PAULO FERNANDES DE SOUZA ALLAIN TEIXEIRA	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

### Membros da Comissão de Reconsideração

Nome	Instituição
LEONEL SEVERO ROCHA	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
WILSON ENGELMANN	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CLAUDIA ROSANE ROESLER	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
LIZIANE PAIXAO SILVA OLIVEIRA	UNIVERSIDADE TIRADENTES
CLARA MARIA ROMAN BORGES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
MARCOS VINICIO CHEIN FERES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
JULIANA TEIXEIRA ESTEVES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
JULIANA NEUENSCHWANDER MAGALHAES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CARLOS LUIZ STRAPAZZON	Universidade do Oeste de Santa Catarina

### Complementos

**Apreciações ou sugestões complementares sobre a situação ou desempenho do programa.**

**Recomendações da Comissão ao Programa.**

**A CAPES deve promover visita de consultores ao Programa?**

Não

**A Comissão recomenda mudança de área de avaliação?**

Não

**A Comissão recomenda a mudança de modalidade do programa?**

Não

### Parecer do CTC sobre o mérito da proposta

#### Parecer Final

	Avaliação	Reconsideração
<b>Nota</b>	4	4

#### Justificativa

O CTC-ES ampliado, em sua 172ª reunião, destinada a avaliar os programas analisados durante a Quadrienal 2017, aprova as deliberações e recomendações elaboradas pela Comissão de Área ratificando a nota por ela atribuída

#### Justificativa na Reconsideração

O CTC-ES ampliado, em sua 175ª reunião, destinada a avaliar os pedidos de reconsideração dos resultados da 1ª etapa da Quadrienal 2017, aprova as deliberações e recomendações elaboradas pela Comissão de Área ratificando a nota por ela atribuída.

A análise da solicitação de reconsideração não evidenciou possibilidade de alteração de nenhum dos

## Ficha de Avaliação/Reconsideração

conceitos originalmente atribuídos. O parecer da área relata cada uma das argumentações.